



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/GEOGRAFIA

DAIANA DO NASCIMENTO MIRANDA

**A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA
URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO FREI ALBERTO BERETTA NA CIDADE DE
GRAJAÚ-MA**

Grajaú-MA
2017

DAIANA DO NASCIMENTO MIRANDA

**A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA
URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO FREI ALBERTO BERETTA NA CIDADE DE
GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, campus de Grajaú, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Geografia.

Orientador: Prof. Msc. Francisco Lima Mota

Grajaú- MA
2017

Daiana do Nascimento Miranda, Daiana.

A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL FREI ALBERTO BERETTA NA CIDADE DE GRAJAÚ-MA / Daiana do Nascimento Miranda. - 2017.

32 f.

Orientador(a): Prof. Msc. Francisco Lima Mota.
Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú-MA, 2017.

1. Frei Alberto Beretta. 2. Grajaú. 3. Precarização. 4. Urbanização. I. Lima Mota, Prof. Msc. Francisco. II. Título.

DAIANA DO NASCIMENTO MIRANDA

**A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA
URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO FREI ALBERTO BERETTA NA CIDADE DE
GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, campus de Grajaú, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Geografia.

Orientador: Prof. Msc Francisco Lima Mota

Data da aprovação: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Msc.º Francisco Lima Mota (**Orientador**)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.ª Dr.ª Edilma Fernandes da Silva
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.º Esp. Manoel Ferreira Lima
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial minha Tia Livia, pelo apoio incondicional nesta jornada e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por permitir que eu chegasse ao fim dessa longa jornada.

À minha família, na figura de meu pai Antônio Lopes Miranda, minha mãe Durcelina Andrade do Nascimento Miranda, e aos meus irmãos Daniela do Nascimento Miranda, Daniel do Nascimento Miranda e Dalila do Nascimento Miranda, que de diferentes formas contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às minhas amigas de universidade Lúcia Gomes do Nascimento, Kelly dos Santos Araújo e Teresinha de Jesus Leal, que nestes quase 05 anos caminharam ao meu lado neste sonho, cheio de altos e baixos.

Ao corpo docente da Universidade Federal do Maranhão – CAMPUS GRAJAÚ, que foram cruciais para que cada um de nós chegássemos a esse momento importante de nossas vidas.

Ao meu orientador Me. Francisco Lima Mota, pelo cuidado em cada etapa do meu trabalho, sem ele esta conclusão não seria possível.

Por fim, agradeço a todos que puderam contribuir para que este trabalho de conclusão de curso fosse desenvolvido, em especial aos moradores do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, cuja hospitalidade e apreço permitiram com que a pesquisa fosse feita da melhor maneira possível.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”

Charles Chaplin

“Deus não permite sonhos impossíveis”- *Rafael Magalhães*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A POLITICA HABITACIONAL NO BRASIL: Primeiros Apontamentos	11
2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	13
2.1 Produção do espaço urbano e as pequenas cidades: o caso de Grajaú no Estado do Maranhão	14
3 LOTEAMENTO FREI ALBERTO BERETTA E SEU PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	15
3.1 Metodologia	21
3.2 Resultados e Discussões	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE	

A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO FREI ALBERTO BERETTA NA CIDADE DE GRAJAÚ-MA¹

Daiana do Nascimento Miranda²

RESUMO

O presente artigo monográfico discute acerca das disparidades sócio-espaciais da Política de Moradia no Brasil e a precarização da urbanização no Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, situado na zona urbana de Grajaú-Ma através do Programa “Minha casa, minha vida”, considerando que o processo de urbanização vem ocorrendo de maneira cada vez mais desenfreada, sem levar em consideração a dinâmica populacional presente, tais questões se tornam cada vez mais presentes no contexto das pequenas cidades, levando a uma série de reflexões acerca de como vem ocorrendo a organização dos novos bairros e como estes vem trazendo a evidência de novas realidades, que muitas vezes trazem à tona um desenvolvimento espacial desigual e excludente. Tendo como metodologia a abordagem qualitativa com aplicação de entrevista semi-estruturada com 08 moradores do Conjunto Habitacional e baseando-se em autores como Harvey (2011), Resende (2011), Santos (2002) e Veiga (2002), este trabalho buscou compreender esta temática a nível local, destacando as especificidades sociais, geográficas e econômicas da cidade de Grajaú-MA e em especial, do universo de pesquisa.

Palavras-chave: Urbanização. Precarização. Grajaú. Frei Alberto Beretta.

ABSTRACT

This monographic article discusses the socio-spatial disparities of Housing Policy in Brazil and the precariousness of urbanization in the Frei Alberto Beretta Housing Set, located in the urban area of Grajaú-Ma through the "Minha casa, minha vida" Program, considering that The process of urbanization has been occurring in an increasingly unbridled way, without taking into account the present population dynamics, these issues become increasingly present in the context of small cities, leading to a series of reflections about how the organization of New neighborhoods and how these have brought the evidence of new realities, which often bring about uneven and exclusive spatial development. Based on the methodology of the qualitative approach with a semi-structured interview with 08 residents of the Housing Complex and based on authors such as Harvey (2011), Resende (2011), Santos (2002) and Veiga (2002), this work sought to understand This theme at the local level, highlighting the social, geographic and economic specificities of the city of Grajaú-MA and in particular, the research universe.

Key Words: Urbanization. Precariousness. Grajaú. Frei Alberto Beretta.

¹ Artigo científico apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas/Habilitação Geografia, sob a orientação do Professor Me. Francisco Lima Mota.

² Discente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia.

INTRODUÇÃO

As pequenas cidades no Brasil vêm assumindo uma dinâmica recente, pautada na expansão e reprodução de lógicas espaciais já existentes nas cidades grandes e médias. O país possui predominantemente pequenas cidades, ou seja, cidades com um pequeno contingente populacional em relação aos grandes centros urbanos, que, em geral, apresentam morfologias, lógicas espaciais, serviços e estruturas precarizadas. A cidade de Grajaú não é diferente. No entanto, nos últimos anos vêm ocorrendo uma rápida expansão do crescimento horizontal urbano, promovido, sobretudo pela tendência especulativa e do “boom” imobiliário no Brasil.

Deve-se evidenciar como as políticas urbanas levam em consideração esses aspectos, no sentido de que a criação do Ministério das Cidades procurou estabelecer um novo paradigma sobre o universo urbano brasileiro, todavia, a centralidade da Casa Civil nas políticas propostas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), impossibilitaram com que o MCidades³ tivesse um poderio efetivo (MARICATO, 2011).

A introdução desses programas possibilitou a formação de novas espacialidades urbanas, centradas na idéia de planejamento e, dessa forma, ligadas principalmente com a construção de casas populares para o atendimento da nova demanda existente nas cidades.

Houve um aumento no investimento habitacional, propiciando ainda a recuperação de áreas urbanas degradadas, levando-nos a refletir ainda sobre a precarização da moradia, no sentido de que ainda se fazem presentes organizações habitacionais com casas inacabadas, insalubres, localizadas em favelas ou loteamentos ilegais, sujeitas a problemas geotécnicos e enchentes. São espaços onde predomina a informalidade, péssimas condições de vida, demonstrando que a relação urbanização-capitalismo ainda é excludente (MARICATO, 2011).

É importante que se reitere que apesar da política habitacional ter ampliado o acesso e aquisição de moradias pela classe trabalhadora a partir de subsídios financeiros e/ou pagamento de parcelas pequenas para a camada de população mais pobre, houve um superaquecimento do mercado da construção civil, (MARICATO, 2011), o que também contribuiu para a ampliação da especulação imobiliária em cidades de todos os portes, como Grajaú, inflacionando os preços de imóveis e aluguéis.

Assim sendo, em Grajaú multiplicam-se espaços e loteamentos produzidos a partir da especulação dos agentes imobiliários, gerando à priori, o parcelamento do solo rural para urbano e o aumento da especulação. De outro lado, como reflexo dessa mesma lógica

³ Ministério das Cidades.

espacial, surgem espaços produzidos para classes sociais de baixa renda, o que reforça a ampliação de espaços de segregação, como é o caso do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta.

Desse modo, as cidades pequenas no Brasil geralmente têm estruturas bem precárias e isto se reforça com o aumento populacional e com o surgimento de novos bairros, porque a cidade não está preparada para essa nova dinâmica, ou seja, nem sempre todos os bairros terão ruas asfaltadas e serviços de água e esgoto.

A realização da pesquisa tem por relevância principal analisar como se dá o processo de urbanização dos conjuntos habitacionais criados através do Programa “Minha casa, minha vida”, tendo por enfoque o conjunto habitacional Frei Alberto Beretta, situado na zona urbana de Grajaú-MA, evidenciando também o contato cotidiano com o Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, no que concerne à sua organização social até as atividades econômicas presentes na localidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende dar subsídios que se possa entender de forma mais abrangente sobre os processos de produção do espaço urbano e a urbanização (precária) do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, destacando de que forma estes processos se articulam dentro da dinâmica espacial e como são determinantes para o surgimento de novos problemas e soluções referente ao crescimento populacional desordenado. A pesquisa baseou-se nas seguintes questões norteadoras: Como ocorre o processo de urbanização nas pequenas cidades? Como se dá o funcionamento do programa “Minha casa, minha vida” no âmbito federal, estadual e municipal? Quais são as especificidades do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta no que concerne ao seu processo de urbanização?

Neste contexto, a pesquisa se propôs analisar o processo de organização do programa Minha Casa minha vida em Grajaú, e sua relação com a produção do espaço urbano do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta.

1 A POLITICA HABITACIONAL NO BRASIL: Primeiros Apontamentos

Com o avanço do Governo Militar, as políticas voltadas para as favelas foram esquecidas, surgindo ainda o Banco Nacional de Habitação, com o intuito de “orientar, disciplinar e controlar o SFH⁴, para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”.(AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 61)

Foi através desses órgãos que surgiram as COHAB (Companhias de Habitação Popular) que se constituíam como empresas voltadas para a diminuição do déficit habitacional a partir do financiamento de moradias populares. Apesar de a proposta ser inicialmente benéfica, as COHAB sofreram nas décadas de 1970 e 1980 com as inadimplências, com o aumento do valor das parcelas, tornando-se moradias viáveis apenas para a classe média, em outras palavras, a população pobre continuava em lotes ilegais e ocupações irregulares.

O governo mais uma vez buscou reestruturar a política habitacional e controlar o crescimento das favelas, com a introdução de programas voltados para “oferecer uma alternativa habitacional dentro do Sistema Financeiro de Habitação àquelas pessoas marginalizadas dos programas habitacionais das COHABs” (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 104), como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), de 1975, mais uma vez houve resistência, pois os lotes ficavam muito distantes dos centros urbanos, com a crise financeira da década de 1980, o BNH é extinto e a Caixa Econômica Federal passa a ser responsável pelos financiamentos da casa própria.

Durante a década de 1990, mas uma vez as políticas habitacionais não conseguiram chegar aos objetivos desejados, para Denaldi (2003) tais ações só buscavam cumprir com as orientações das agências internacionais.

É sabido que a agenda das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento, por meio de sua ‘ajuda internacional’, influenciam em algum grau e periodicidade o desenho das políticas públicas sociais dos países apoiados. Percebe-se, nesse período recente [década de 1990], uma convergência entre as diretrizes das agências internacionais para a elaboração de políticas habitacionais [...] (DENALDI, 2003, p. 31).

Durante o Governo Collor – 1990/1992, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) foi seu programa de maior relevância, buscando financiar 245 mil habitações em 180 dias, sendo voltado para o fortalecimento do setor da construção civil, outro projeto fracassado, enquanto que no Governo de Itamar Franco, entre os anos de 1992 a 1994 foram criados os Programas Habitar Brasil e Morar Município, objetivando financiar a

⁴ Sistema Financeiro de Habitação.

construção de moradias para a população de baixa renda através de “ajuda mútua”, ou seja, deveria haver uma contrapartida por parte dos municípios, porém devido suas inúmeras exigências, muitos não conseguiram captar os recursos necessários.

O governo de FHC entre os anos de 1995 a 2002 trouxe alguns avanços na política habitacional, porém, esta se pautava no âmbito neoliberal e não priorizava a garantia de moradia para a população pobre (DENALDI, 2003). Com a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2000) buscou-se tornar os processos de planejamento urbano mais organizado, além da universalidade do acesso à cidade, sobre essa lei, esta era pautada na premissa de que “[...] a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano (...) e gestão de cidades.” (FERNANDES, 2008, p. 44).

No Governo Lula, que ocorreu de 2003 a 2010, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁵, criado pelo Ministério das Cidades em 2009 foi sua principal política de habitação, investindo R\$ 34 milhões de reais a fim de construir inicialmente um milhão de casas para famílias com renda entre 0 e 10 salários mínimos, esse programa não tinha apenas um intuito social, mas foi uma estratégia para movimentar o setor de construção e garantir empregos perante a crise de 2008, setores públicos e privados também tiveram importantes benefícios, com o repasse financeiro para construtoras e cooperativas.

Durante o Governo Dilma (2011-2016) intensificaram-se as ações do PMCMV bem como foi aprovada a Lei 12.587/2012, que define a Política Nacional de Mobilidade Urbana, os avanços apesar de notórios, ainda não conseguem suprir a demanda que ainda existe, bem como revelam que durante muito tempo a questão habitacional foi negligenciada, diante dessas questões, é importante compreender como o Programa Minha Casa Minha Vida foi implantado em Grajaú.

A introdução desses programas possibilitou a formação de novas espacialidades urbanas, centradas na idéia de planejamento e, dessa forma, ligadas principalmente com a construção de casas populares para o atendimento da nova demanda existente nas cidades.

Houve um aumento no investimento habitacional, propiciando ainda a recuperação de áreas urbanas degradadas, levando-nos a refletir ainda sobre a precarização da moradia, no sentido de que ainda se fazem presentes organizações habitacionais com casas inacabadas, insalubres, localizadas em favelas ou loteamentos ilegais, sujeitas a problemas geotécnicos e enchentes. São espaços onde predomina a informalidade, péssimas condições

⁵A proposta aqui apresentada no presente TCC irá abordar o Programa Minha Casa Minha Vida no município de Grajaú.

de vida, demonstrando que a relação urbanização-capitalismo ainda é excludente (MARICATO, 2011).

É importante que se reitere que apesar da política habitacional ter ampliado o acesso e aquisição de moradias pela classe trabalhadora a partir de subsídios financeiros e/ou pagamento de parcelas pequenas para a camada de população mais pobre, houve um superaquecimento do mercado da construção civil, o que também contribuiu para a ampliação da especulação imobiliária em cidades de todos os postes, como Grajaú, inflacionando os preços de imóveis e aluguéis.

Considerando essa transformação do espaço a partir da política habitacional existente atualmente no Brasil, torna-se compreender de que forma o conceito de urbanização é entendido, no sentido de que ele corresponde ao “[...] aumento da população que vive em Cidades em relação à população total. Logo, este sentido pressupõe a diminuição relativa da população rural” (SPOSITO, 2008, p.48), ou seja, a partir do momento em que a população oriunda da zona rural vai para a cidade, há uma modificação da mesma através do aumento populacional, que, dessa forma, ocasiona ainda o surgimento de novos bairros.

A ineficácia das políticas sociais de habitação estimula a especulação imobiliária, que se caracteriza com a compra ou aquisição de bens (imóveis) com o objetivo de vendê-los ou alugá-los posteriormente, na expectativa de que seu valor de mercado aumente durante o lapso de tempo decorrido.

A ineficácia das políticas sociais de habitação estimula a especulação imobiliária, que se caracteriza com a compra ou aquisição de bens (imóveis) com o objetivo de vendê-los ou alugá-los posteriormente, na expectativa de que seu valor de mercado aumente durante o lapso de tempo decorrido. Resende e Arrais (2011, p.02) trazem ainda a seguinte reflexão acerca de especulação imobiliária.

Vale à pena lembrar que a renda do solo urbano não advém apenas de construções e benfeitorias, mas especialmente de sua localização, já que construções e infraestrutura da mesma natureza, quando feitas em locais diferentes em termos de valorização urbana, possuem preços distintos (...).

Ainda sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, destaca-se que:

O PMCMV cria condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM). Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção.

A respeito do PMCMV, este foi fortemente inspirado na experiência chilena que, na ocasião, foi avaliada pelo empresariado da construção civil como o modelo mais adequado para dinamizar a produção habitacional, resguardando um papel protagonista para o setor empresarial (DUARTE, 2014, p.21)

Os governos municipais atuam para cadastrar aqueles que possuem interesse em participar do Programa, bem como em decidir se o candidato atende aos critérios definidos, ficando a cargo do Governo Federal apenas a liberação orçamentária para a realização das construção das moradias.

O Programa Minha Casa, Minha Vida trouxe alguns benefícios não apenas para a iniciativa pública, mas também movimentou a economia no setor privado, indo desde o âmbito financeiro até a construção civil, mais uma vez se reforçou o papel do Estado para a garantia de direitos fundamentais, como moradia, acentuando ainda a geração de renda. Mais do que uma Política Governamental, o PMCMV significou ainda uma mudança de prioridades na esfera de poder, sendo abrangidas para os níveis federal, estadual e municipal.

2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O processo de urbanização no Brasil intensificou-se a partir da década de 1960, demonstrando uma drástica diminuição da população rural, em detrimento da população urbana e, levantando importantes questões sobre como a cidade está preparada para um aumento populacional do seu espaço.

Dessa forma, concebe-se que o processo de urbanização é resultante de ações articuladas de diferentes agentes, buscando diferentes interesses. Neste aspecto, há a criação de novas formas geográficas, que demonstram como essas transformações são sentidas em diferentes níveis e dimensões, intensificando ainda a produção das cidades, bem como da redefinição dos papéis desempenhados pelos indivíduos que a integram, haja vista que a partir do avanço do urbano e a busca por garantir a reprodução do capital, surgem inúmeros tipos de moradias tais como os condomínios e loteamentos fechados, guetos de convivência, conjuntos habitacionais e favelas (SILVA, 2010).

Assim sendo, observa-se que a urbanização parte do aumento da população que vive nas cidades em detrimento da população total de uma localidade, significando ainda uma diminuição do contingente populacional na zona rural (SPOSITO, 2008), com este aumento, a cidade por não estar estruturalmente preparada, acaba sofrendo um inchaço espacial desordenado, ocasionando a chamada “urbanização precária”.

Nesse sentido, a urbanização precária ocorre através das condições inadequadas de moradias e falta de serviços básicos essenciais em determinadas localidades. Diante disso, a população geralmente é de baixa renda, acentuando a macrocefalia urbana, ou seja, o

inchaço populacional e as péssimas condições estruturais dos bairros que surgem sem planejamento.

A urbanização seria o mecanismo de separação entre rural e o urbano, a partir de uma nova dinâmica geográfica e populacional, que por sua vez proporcionaria novas relações entre os indivíduos que compartilham do mesmo espaço. Sendo assim, Silva (2006, p. 76) estabelece-se que:

Na sociedade atual, temos um avanço do urbano, pois este adquire as melhores condições para garantia da reprodução capitalista, caminhando para o alcance da sociedade urbana. Temos o aumento da seletividade, da diferenciação, da segregação, do crescimento dos empecilhos para a convivência entre pessoas de camadas sociais distintas, da formação dos condomínios e loteamentos fechados, da criação dos guetos de convivência etc. Tais fatos somente puderam ocorrer em função da ampliação da complexidade das divisões social e territorial do trabalho, do aumento das diferenças e do avanço no estágio de desenvolvimento técnico, chamado por Milton Santos de período técnico-científico informacional.

Essa discussão é pertinente principalmente devido ao caráter (in) dependente destes espaços, pois a periferia vem desenvolvendo mecanismos de sobrevivência alheios aos bairros abastados, com atividades comerciais que de forma tímida, em trazendo novas perspectivas sociais e econômicas para essas localidades.

São essas inter-relações que reforçam a complexidade da urbanização, pois são apresentados vários níveis de desenvolvimento, que por sua vez, dialogam constantemente com embates políticos, sociais, econômicos e culturais, resultantes de um desenvolvimento geográfico desigual, marcado por uma gama de processos que diferenciam cada espaço urbano. Nesse aspecto, pode-se afirmar que “o crescimento das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao redor uma faixa nova, considerada a *periferia*” (SPOSITO, 1995, p. 55-56). Mais do que isso, o crescimento da zona urbana trouxe a consolidação de diferentes perspectivas sobre as periferias, pois mesmo entre elas há algumas especificidades que as colocam em estágios diferenciados de organização.

Ademais, a expansão da urbanização torna-se mais visível quando se observa a dinâmica de organização dos bairros periféricos, ou seja, os bairros afastados do centro comercial da cidade, geralmente estes bairros possuem imóveis mais baratos, com a incidência da população de baixa renda, muitas vezes oriunda da zona rural ou de pequenos aglomerados urbanos, como ocorre na cidade de Grajaú.

2.1 Produção do espaço urbano e as pequenas cidades: o caso de Grajaú no Estado do Maranhão

Quando se fala sobre a produção do espaço nessas localidades, deve-se analisar a própria definição de produção do espaço, considerando principalmente suas especificidades,

Lefebvre (2006) aponta que a produção do espaço é parte de um produto social, que se constitui como proveniente não apenas do aspecto físico, mas também de relações sociais. Sobre isso, o mesmo autor reforça que:

“O espaço social contém, designando-lhes lugares apropriados (mais ou menos) as relações de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização especificada da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e a sua organização, portanto as funções sociais hierarquizadas (LEFEBVRE, 2006, p. 30).

O espaço impõe essas demandas diante das necessidades existentes, relacionadas com a própria organização do local, Ana Fani (2007) problematiza a produção do espaço de maneira semelhante, ao afirmar que o espaço é determinante para o esclarecimento sobre a vida cotidiana, na medida em que a sociedade o produz e se apropria dele, assim a produção do espaço urbano significa uma produção criadora, através dos mecanismos que o homem utiliza para a sua apropriação.

Dessa forma, o conceito de “pequenas cidades” sofre influência dessas perspectivas, considerando que para Silveira; D.S (2014, p. 07): a cidade pequena tem as seguintes características “[...] - exerce funções propriamente urbanas, como ser sede do poder municipal; - é precária do ponto de vista dos recursos (principalmente financeiros) disponíveis; - contém a presença do mundo rural, cujas características são: o povoamento reduzido, a predominância das paisagens ‘naturais’ e das relações de interconhecimento”.

Todavia, as autoras destacam que durante muito tempo o porte das cidades era definido pelo quantitativo populacional, mas tal classificação foi perdendo relevância diante das novas transformações existentes na organização das cidades.

[...] as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em questões inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES; DE MELO, 2008, p. 36).

A produção de novos espaços é atrelada ao crescimento populacional, o que acaba sustentando o desenvolvimento do capital, todavia, nas pequenas cidades das diferentes regiões brasileiras este processo engloba questões peculiares, que norteiam as formas de organização econômica e social, partindo da premissa que as cidades médias e pequenas da região Nordeste, por exemplo, são caracterizadas por atividades econômicas menos diversificadas e sofisticadas do que em cidades do mesmo porte em regiões como o Sul do Brasil. Dessa forma, mesmo em cidades pequenas, a influência da urbanização é sentida de forma diferente, dadas as condições de cada localidade.

Sobre o Nordeste, preceitua-se que por ser uma região marcada pelos estabelecimentos de oligarquias agrárias, evidencia-se que aqui houve um desenvolvimento regional desigual, tendo em vista que tal região é pautada nos grandes latifúndios, onde grande parte das terras está nas mãos de poucos. Ross (2008) considera que a expansão do comércio de gado e a produção agrícola propiciaram o surgimento de importantes cidades como Campina Grande, na Paraíba, bem como de alguns centros de trocas comerciais, outro aspecto importante é que o processo de urbanização do sertão nordestino se intensificou a partir da implantação de vilas no século XIX

Grande parte das cidades nordestinas não tem acesso a serviços como saúde, educação, saneamento básico, moradia e emprego de qualidade, em busca de melhores condições de vida, muitos nordestinos saem das pequenas cidades para as capitais ou mesmo para outras regiões, como não há um planejamento urbano efetivo, esses imigrantes continuam enfrentando os mesmos problemas, pois passam a morar nas periferias das grandes cidades. Para Ross (2008, p. 398) “[...] as secas do Nordeste foram causadoras da emigração dessa região e serviram historicamente para camuflar as verdadeiras causas, que residem na precariedade das suas estruturas políticas e sociais”.

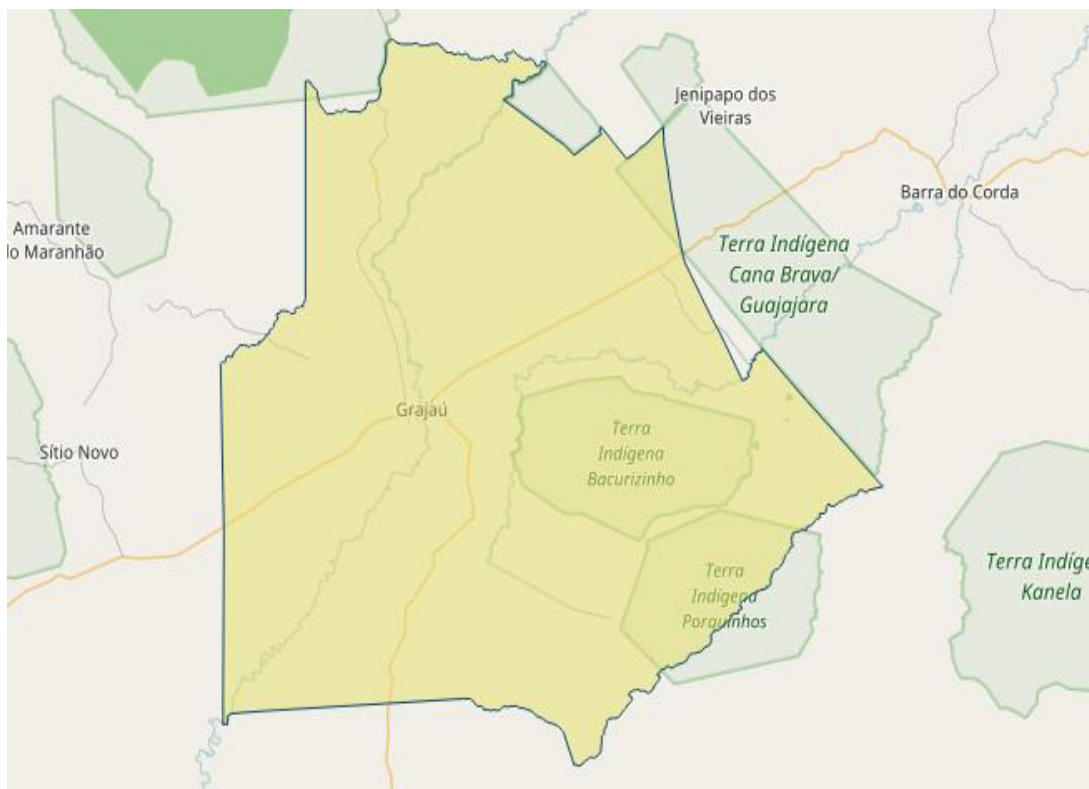
No Maranhão, as atividades agrícolas também tiveram papel significativo no desenvolvimento do estado, contribuindo para que a urbanização ocorresse, mesmo que de forma gradual e tardia a partir da década de 1970, com a chegada das primeiras indústrias. Na década de 1990, entretanto, o processo de urbanização se tornou mais forte, intensificando o aumento da população urbana, chegando em 2000 a 60% da população (RIOS, 2001).

A urbanização maranhense se deu de forma mais evidente a partir do êxodo rural, ou seja, mais pessoas saindo do campo para morar na cidade, todavia, o crescimento vegetativo da população também teve influência significativa, através do aumento da natalidade. Outro aspecto importante é que áreas consideradas rurais foram emancipadas e elevadas à categoria de cidades, o que redefiniu a população de rural para urbana, embora os aspectos sociais e econômicos continuassem os mesmos.

Grajaú na microrregião de Planejamento das Serras (mapa 01) foi fundada pelo navegador e alferes Antônio Francisco dos Reis, em 29 de abril de 1811, à margem leste do Rio Grajaú, sendo primeiramente denominada de Fazenda Chapada, recebendo posteriormente o nome de Porto da Chapada (IBGE, 2010).

No outro lado da margem viviam os índios Timbiras, que em 1814 realizaram um massacre contra os habitantes do povoado fundado por Antônio Francisco dos Reis, fazendo com que o povoado fosse reconstruído em 1816, com o apoio de tropas policiais, mas com o nome de São Paulo do Norte.

Mapa 01: Localização Geográfica de Grajaú/MA



Fonte: IBGE (2017) disponível em

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=210480&search=%7Cgrajau>
 acessado em 22/07/2017.

Em 29 de abril de 1835, o então presidente da província Pedro da Costa Ferreira, elevou a povoação à categoria de vila, o que impulsionou o crescimento demográfico da região.

Paralelo a esse crescimento, em 1869 foi realizada a incorporação de uma companhia a vapor no Rio Grajaú, o que propiciou a realização das primeiras atividades comerciais, em 1881 Grajaú foi elevada à categoria de cidade, acentuando o desenvolvimento econômico através da navegação.

Dado esse potencial econômico, Grajaú foi trazendo uma leva ainda tímida de imigrantes, principalmente de estados castigados pela seca, como o Ceará, a partir de meados de 1950, surgem novas atividades econômicas, como as plantações de algodão e arroz, não há dados oficiais sobre o crescimento demográfico neste período, com o fim das atividades de navegação, a população não teve um crescimento significativo.

O surgimento de importantes projetos econômicos trouxe mudanças significativas no processo de urbanização e no surgimento de novos municípios, acentuando também as disparidades entre localidades centrais e periféricas. Nesse sentido que Grajaú na região

central do Estado, adentra como resultante dessa nova dinâmica, tendo em vista que muitos dos seus povoados como Barra do Corda⁶, Amarante do Maranhão⁷, Sítio Novo⁸ e Arame⁹ foram transformados em cidades através de processos de emancipação (MARANHÃO,1993).

Ainda segundo Maranhão (1993), quando o povoado Arame tornou-se um município, a população rural de Grajaú teve um decréscimo de aproximadamente 33% dos seus habitantes, dessa forma, pode-se afirmar que as taxas de urbanização sofreram mudanças determinantes, apesar de estas localidades emancipadas ainda possuírem certa dependência do município-mãe.

Sobre Grajaú, por fazer parte da Região Nordeste, as taxas de urbanização são baixas se comparadas com cidades de outras regiões e com menos tempo de fundação. De acordo com Maranhão (1993), apesar de ser um dos maiores municípios em extensão territorial, não é o mais povoado, entretanto, através do surgimento de novos bairros, o crescimento populacional na cidade vem se desenvolvendo de forma intensa.

Ainda sobre o município de Grajaú, a tabela 01 apresenta o atual panorama populacional de Grajaú (por região de origem):

Tabela 01: Origem dos migrantes vindos à Grajaú - MA.

Origem da População	Quantidade de Pessoas
Brasil – sem especificação	148
País estrangeiro	9
Região Centro-Oeste	692
Região Nordeste	59.906
Região Norte	673
Região Sudeste	592
Região Sul	73

Tabela 01: Amostra-migração. **Fonte:** IBGE (2010). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/grajau/pesquisa/23/24007?detalhes=true>> . Acessada em: 24/10/2016.

A partir da década de 1990, com a construção da MA-006 e BR-226 e a implantação da cultura de soja e eucalipto na região, muitos migrantes, principalmente da região Norte e Centro-Oeste, se sentiram estimulados a residirem na cidade, devido ao baixo custo da mão-de-obra e das terras

Os resultados obtidos nos censos de 2000 e 2010 demonstram claramente aumento considerável de pessoas na cidade, conforme se observa na tabela abaixo:

⁶ Emancipado em 1854, através da Lei Provincial n.º 368, de 24-07-1854, subordinado ao município de Chapada.

⁷ Emancipado em 1953, através, através da lei estadual n.º 996, de 21-10-1953, desmembrado de Grajaú.

⁸ Emancipado em 1961, através da lei estadual n.º 2166, de 15-12-1961, desmembrado de Grajaú.

⁹ Emancipado em 1988, através da lei estadual n.º 4867, de 15-03-1988, desmembrado de Santa Luzia e Grajaú

Década	2000	2010	2014* (Estimativa)
População	47.155	61.093	66.732

Tabela 02: Histórico do crescimento geográfico de Grajaú nas três últimas décadas. Fonte: IBGE (2000; 2010).

O aumento populacional significa também a ampliação na venda de terrenos ou alugueis de casas, nesse sentido, esses resultados devem ser considerados para a análise do desenvolvimento urbano de Grajaú, demonstrando ainda sobre de que forma o desenvolvimento socioeconômico está ocorrendo, pois mesmo com o aumento populacional é necessária a criação de políticas públicas que contribuam para uma melhor qualidade de vida de toda a população local.

3 LOTEAMENTO FREI ALBERTO BERETTA E SEU PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

3.1 Metodologia

A pesquisa teve a abordagem qualitativa em sua maior extensão que se caracteriza como um estudo não estatístico, cuja função está em identificar e analisar dados de difícil mensuração de determinado fenômeno ou grupo de indivíduos, relacionado a um problema específico, neste tipo de pesquisa há a evidência de questões sentimentais e motivacionais, que atuam como forma de explicar determinados comportamentos e como estes são significados pelos indivíduos que o compreendem (POLIS PESQUISA, 2014).

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com 08 famílias do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta (foto 01) para verificar a melhoria ou não da qualidade de vida.



Figura 1- Entrada do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta. Fonte: MIRANDA , D.N. Pesquisa de campo (2017).



Figura 2- Casas do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta. Fonte: MIRANDA , D.N. Pesquisa de campo (2017).



Figura 3- 04 das casas visitadas do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta. Fonte: MIRANDA , D.N. Pesquisa de campo (2017).

Sobre a observação que é considerada um processo que possui partes para seu desenrolar: o objeto observado, o sujeito, as condições, os meios e o sistema de conhecimentos, a partir dos quais se formula o objetivo da observação (BARTON; ASCIONE, 1984). Com a observação, foi possível analisar de que maneira o Conjunto Habitacional se organiza, se é desenvolvida alguma atividade financeira no local, se há algum espaço público de lazer, dentre outras questões.

Já a entrevista pede um planejamento prévio e manutenção do componente ético, desde a escolha do participante, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização (BICUDO, 2006). Para Gil (1999, p. 117), a entrevista é “[...] uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”

3.2 Resultados e Discussões

Atualmente há 400 famílias que moram no Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, especificamente inseridas no PMCMV. Fora a partir de amostragem aleatória simples com 08 moradores, correspondendo a 0 residências no Conjunto Habitacional que demos o ponto inicial da nossa pesquisa de campo

O Bairro tem como uma das características o fato de que a maioria dos moradores são mulheres, geralmente chefes de família, dessa forma, grande parte das entrevistadas¹⁰ se caracteriza como lavradoras (05), enquanto 02 se identificam como domésticas e 01 como

¹⁰Os entrevistados tiveram por perfil serem todas do sexo feminino, com idades entre 27 a 57 anos, tendo entre 03 a 07 pessoas na família, ou seja, que moram na residência.

autônoma, todas as entrevistadas recebem o benefício do Bolsa-Família, além de serem originárias do município de Grajaú-Ma.

Na entrevista, foram realizadas 05 perguntas, que seguindo a sua cronologia tivemos as seguintes ponderações por parte dos entrevistados:

- 1- Você encontrou algum problema na infraestrutura da sua casa ao recebê-la (torneiras sem funcionar, rachaduras, etc.)? Quais as maiores dificuldades para os moradores do Conjunto Habitacional?

“Cozinha com lâmpada com problema, no quintal também, problema na instalação, torneira no banheiro que não funciona, tudo é distante (comércio, farmácia)” ; (A1)

“Parede rachada, os comércios distantes e os de perto são muito caros” ; (A2)

“Na minha não, mas os portais foram mal colocados, eles colocaram isopor, então tinha inseto que entrava. As escolas que também são longe, não tem agente de saúde nessa área aqui” ; (A3)

“Rachaduras no banheiro, torneiras que não prestam, longe para ir para a escola” ; (A4)

“A torneira no banheiro não funcionava, o que falta é lazer, tudo aqui precisa” ; (A5)

“As escolas ficam distantes e para quem estuda a noite é perigoso, sobre problemas na casa, as torneiras geralmente não funcionam”; (A6)

“O forro de PVC que é muito frágil, qualquer gato que passa por cima da casa, o forro já cai”; (A7)

“As casas muito coladas e a rede de água que é ruim, a água da caixa d’água não sobe para as torneiras”; (A8)

Como se pode observar, o principal problema relatado é a infraestrutura hidráulica, onde a água não consegue chegar às torneiras, as moradoras também receberam suas casas com rachaduras, além disso, as entrevistadas também destacam a falta de escolas no bairro, o que faz com que diariamente se precise deslocar para os bairros vizinhos a fim de estudar, além da reclamação sobre o alto preço dos produtos nos mercadinhos locais, o que faz com que os produtos vendidos no Conjunto Habitacional custem bem mais do que nos bairros vizinhos.

- 2- Vocês recebem algum acompanhamento da Secretaria de Habitação ou da Secretaria de Assistência Social?

“Não, nem agente de saúde nunca tem aqui, raramente uma da Extrema passa aqui”; (B1)

“Não” ; (B2)

“Aqui não ; (B3)

“Não, agente de saúde (1 terça-feira por mês) que ela passa nessa rua”; (B4)

“Não” ; (B5)

“As escolas ficam distantes e para quem estuda a noite é perigoso, sobre problemas na casa, as torneiras geralmente não funcionam”; (B6)

“Nunca veio”; (B7)

“Não” ; (B8)

A Secretaria de Habitação é o setor responsável não apenas pelo sorteio e entrega das residências aos sorteados, mas também em tese, deveria acompanhar o funcionamento das

instalações das residências, além disso, a Secretaria de Assistência Social tinha por incumbência realizar ações sociais no bairro, principalmente por ser um bairro com um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social (mulheres em situação de violência doméstica, dependentes químicos, idosos), porém, esse trabalho não ocorre, outro ponto relevante é a falta de um agente de saúde da área, acompanhando a rotina das entrevistadas, as mesmas relataram que precisam ir ao posto do Bairro Extrema às 05 horas da madrugada para conseguirem marcar consultas médicas, porém, para o Frei Alberto Beretta, a cota de atendimento é de apenas 02 pessoas por dia.

3- Quais são as principais reivindicações dos moradores do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta, onde as entrevistadas relataram que:

“Os buracos na rua, a iluminação, principalmente ali para cima, eu não ando aqui muito quando anoitece”; (C1)

A iluminação pública não é boa, tem rua que a gente vai que tem que andar quase correndo”; (C2)

“Iluminação, as fossas que enchem a Deus dará, fazem mal a saúde, mas a culpa é dos moradores, o que custa pagar R\$ 100,00 para limpar? ”; (C3)

“Segurança é muito necessária, pois não tem. Iluminação pública é péssima”; (C4)

“Segurança é muito necessária, pois não tem. Iluminação pública é péssima” ; (C5)

“Iluminação pública”; (C6)

“Segurança, aqui anda ficando muito perigoso, devia ter mais rondas”; (C7)

“Segurança, a gente tem até medo de sentar na porta de casa de noite” ; (C8)

A maior reivindicação é a iluminação pública, pois com as ruas escuras, aumentou o índice de assaltos e de consumo de drogas, principalmente para quem vem da escola de noite, a entrevistada A3 relata a questão da fossa séptica, segundo que se observou, a fossa é muito pequena e precisa ser limpa mensalmente por alguns moradores, o que muitas vezes não ocorre, provocando fortes odores, a segurança também foi outro ponto levantado, em especial como uma forma de coibir a criminalidade que vem se tornando cada vez mais crescente na localidade.

4- Sobre como o bairro se organiza, foram relatados que:

“Não há nenhuma associação, nem grupo de moradores”; (D1)

“A gente se reúne na creche, só para conversar besteira, ninguém resolve nada” ; (D2)

“Até agora não tem nenhuma associação de moradores”; (D3)

“Em uma associação pequena aqui, tem de vez em quando”; (D4)

“Não, a mulher passa aqui direto quando tem uma reunião, fizeram uma reunião para ela resolver mas o povo quebra,tem muito marginal aqui” ; (D5)

“Não temos associação”; (D6)

“Vez ou outra é convocada alguma reunião, mas poucos comparecem, acham que é besteira”; (D7)

“O bairro se organiza por si só, não tem nenhuma associação” ; (D8)

Diante disso, compreende-se que no bairro não há nenhum movimento organizado a fim de que os moradores possam reivindicar pelos seus direitos, mas há uma moradora que ajuda a intermediar as necessidades da localidade frente ao poder público

municipal, porém, como a entrevista A6 relata, muitas vezes algo é feito mas logo é depredado por marginais, como por exemplo, as lâmpadas que são quebradas dos postes.

5- Por fim, sobre as necessidades do Bairro, destacam que as seguintes:

“Comércio grande mais perto, escola de Ensino Médio”; (E1)

“Agente de saúde, posto de saúde, Escola, são 03 coisas importantes que não tem, colégio aqui é longe de mais, as meninas têm que sair antes da seis e meia, senão perde aula”; (E2)

“Uma escola capacitada, não tenho coragem de colocar meus filhos na escola aqui de perto”; (E3)

“xxxx”; (E4)

“Uma escola no Bairro”; (E5)

“Escola de Ensino Fundamental e Médio”; (E6)

“Um posto de saúde aqui, pois é sempre uma humilhação se conseguir consulta”; (E7)

“Escola e posto”; (E8)

Apenas a entrevistada A1 destaca a importância de um comércio grande, a maioria das entrevistadas relata a emergência de haver um posto de saúde e uma escola na localidade, outro ponto importante é que apesar de haver escolas no Bairro Extrema, o bairro mais próximo, as mães possuem receio de colocar as crianças nas mesmas, preferindo colocá-las em escolas de Bairros mais distantes, por achar que a qualidade de ensino é melhor.

Na observação, verificou-se que o bairro surgiu a partir da necessidade de habitar, após a adesão do município ao Programa “Minha casa, minha vida”. Tendo como atrativo, o pagamento de parcelas no valor de R\$ 25 a 35R\$ mensais, percebe-se a intensificação do processo de expropriação rural, onde:

na esteira do fenômeno, uma massa de camponeses foi e é expropriada de suas propriedades agrícolas e a ideologia conservadora ainda mantém a ideia de que essa leva saiu do campo em busca de condições melhores de vida na cidade, desconsiderando o modo recrudescente e bárbaro como tudo isso ocorreu e ocorre, bem como sua territorialização nas áreas urbanas de todos os tamanhos (SANTOS, J.,2011, p.10).

Referindo-se a segurança pública, o Bairro já não possui a mesma tranquilidade que apresentava no início de seu surgimento, hoje é considerado como um local que apresenta ameaça para ela. Os moradores não pensam em deixar o local para morar em outro, observa-se o sentimento de pertencimento do lugar, como também as relações estabelecidas a partir das vivências ao longo do tempo. Diante disso, os relatos dos entrevistados revelam a situação dos dilemas da população desse bairro.

Com relação ao sistema de abastecimento de água e energia, o bairro possui água encanada, porém o esgoto é exposto a céu aberto, tendo em vista a inexistência de rede de esgoto, além disso, há iluminação pública, porém, muitas ruas estão às escuras durante a noite.

Sobre a coleta de lixo, esta é realizada duas vezes por semana. As atividades econômicas desenvolvidas na área são um pouco limitadas e que grande parte dos moradores se desloca para outros bairros da cidade em busca de emprego; sobre a questão do lazer, não há muitas opções, principalmente pelo fato do bairro não possuir praças e clubes, tendo como meio de diversão apenas um campo de futebol.

Sobre isso, destaca-se que: [...] os governos historicamente atuam no sentido de privilegiar as áreas já habitadas (ou potencialmente habitáveis) pelos grupos sociais dominantes, decorre que a diferença de qualidade observada nos distintos espaços da cidade está diretamente relacionada ao perfil de seus moradores, ou seja, fundamentalmente aos seus rudimentos e às posições que de fato ocupam na estrutura social (DIAS; VIDAL, 2009, p. 456).

Os problemas evidenciados estão intimamente relacionados com a falta de ações públicas efetivas sobre os bairros carentes em Grajaú, onde a baixa qualidade de vida impede o desenvolvimento do comércio, a geração de renda, bem como a promoção de um desenvolvimento urbano mais organizado e que leve em consideração as perspectivas dos moradores sobre a realidade local.

Mesmo com a relevância desses serviços públicos, há sérias carências, principalmente pela não existência de escolas estaduais, por exemplo, fazendo com que os moradores que queiram estudar o Ensino Médio tenham que estudar em outros bairros. No decorrer da pesquisa, verificou-se importantes aspectos referentes à expansão espacial, na perspectiva de que eles são cruciais para a redefinição do homem como agente de transformação do espaço, fazendo com que sejam construídas por parte dos sujeitos que integram esse processo, importantes significações que demonstram a organização socioeconômica do contexto ao qual estes estão submetidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana desenfreada, sem planejamento, reforça de forma mais evidente as disparidades, seja entre centro-periferia, seja entre periferia-periferia, ainda há localidades que não têm acesso à coleta de lixo, rede de esgoto, ruas limpas e asfaltadas, não havendo também o direito à saúde, lazer, trabalho, educação, saneamento básico e segurança.

A precarização do espaço, apesar de ser mais evidente nas periferias, não são desenvolvidas por elas, mas sim fazem parte de toda uma dinâmica econômica e social que exclui a população carente, que a subjuga enquanto mão-de-obra para o capital, a precarização é resultante da má distribuição de renda e serviços, se tornando um ciclo, e contribuindo para o desenvolvimento de inúmeras formas de precarização, afetando diretamente a população das periferias, como no caso dos moradores do Bairro.

Ao analisar o Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta na perspectiva dos seus moradores, pôde-se problematizar de que forma são construídas diversas inter-relações dentro de diferentes núcleos urbanos; tendo em vista que por ser um bairro predominantemente habitacional e com sérios problemas estruturais em serviços importantes, principalmente financeiros, são realizados nos bairros próximos ou no centro da cidade; demonstrando que apesar de possuir elementos específicos da urbanização, tal como a densidade populacional e a organização periférica, os serviços essenciais para a vida humana chegam a essa população de forma incompleta, não atendendo a todos.

Diante disso, evidencia-se a precariedade do Programa Habitacional no Brasil, que historicamente falando, ainda não conseguiu alcançar os seus anseios em prol da melhoria da moradia no país. O Programa Minha Casa Minha Vida é um exemplo claro dessa questão, onde o Bairro foi implantado com a infraestrutura das residências deteriorada, com sistema de água e esgoto também precarizados. Por fim, é essencial observar como os habitantes, apesar do convívio diário com condições de vida precárias, reforçam seu laço identitário com a localidade, evidenciando diferentes dimensões que envolvem principalmente a forma como esses sujeitos valorizam o espaço local e lutam por melhorias, legitimando como as relações subjetivas são determinantes para a construção de novas visões sobre a questão espacial.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano G. de. **Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

BICUDO, F.A entrevista- testemunho: quando o diálogo é possível. **Revista Caros Amigos**, 2006.

BARTON, E. J.; ASCIONE, F.R. Direct observation. In: OLLENDICK, T. H.; HERSEN, M. **Child behavioral assessment: principles and procedures**. New York: Pergamon Press, 1984. p. 166-194.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2007.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

DIAS, P. C. ; VIDAL, Francisco Baqueiro . Que periferia? Estratégia e discurso do capital imobiliário na estruturação do espaço metropolitano. **Bahia Análise & Dados** , v. 19, p. 455-472, 2009.

DUARTE, Renato. **A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Grande – MS**./ Renato Duarte – Dourados, MS: UFGD, 2014.

FERNANDES, Edésio. “Do código civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil”. In VALENÇA, Marcio (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, p. 43 – 62.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006.

MARANHÃO. **Censo demográfico de 1991**. São Luís: 1993.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil** / Erminia Maricato. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

POLIS PESQUISA. **Metodologia Qualitativa**. Disponível em: <<http://impactodapedagogiamoderna.blogspot.com.br/2011/02/como-trabalhar-com-s-classe.html>>. Acessado em: 13/01/2015.

RESENDE, Ubiratan Pereira de; ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. *Especulação imobiliária e verticalização: um estudo a partir da implantação do Parque Cascavel*. Goiânia: Resumo expandido VIII CONPEEX – VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG/2011.

RIOS, Luiz. **Estudos de Geografia do Maranhão**. 3º Edição. São Luís: 2001.

SANTOS, J. A NATUREZA CONTRADITÓRIA DA URBANIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NAS CIDADES MÉDIAS BAIANAS. In: **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Año 2011.

SILVA, Willian Ribeiro da. Reflexões em torno do Urbano no Brasil. In: SPOSITO, M.E. B, WITHACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Willian Ribeiro da. Reflexões em torno do Urbano no Brasil. In: SPOSITO, M.E. B, WITHACKER, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVEIRA, Tamyres Virgínia Lopes; D.S, Aline Werneck Barbosa de Carvalho. PEQUENAS CIDADES: EM BUSCA DE UM CONCEITO. **In: Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**. Salvador: 2014.

ROSS, J.L.S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp,2008.

SOARES, B. & MELO, N. A. de. **Cidades Médias e Pequenas do Nordeste**: Conferência de Abertura. Salvador:2009.

SPOSITO, MARIA ENCARNAÇÃO B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade- campo: Perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E. B, WITHACKER, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 CAMPUS DE GRAJAÚ
 CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS- GEOGRAFIA
 ACADÊMICA: DAIANA DO NASCIMENTO MIRANDA
 TÍTULO: O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” E A PRECARIZAÇÃO DA
 URBANIZAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL FREI ALBERTO BERETTA

**Entrevista – MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL FREI ALBERTO
 BERETTA**

Os dados coletados serão estritamente de uso acadêmico. Agradecemos a sua participação

DADOS SOCIOECONÔMICOS

1 Nome: _____

2 Idade: _____

3 Sexo: M () F ()

4 Profissão: _____

5 Origem: _____

6 renda: _____

7 Quantidade de pessoas na família: _____

6 Você encontrou algum problema na infraestrutura da sua casa ao recebê-la (torneiras sem funcionar, rachaduras, etc.)? 9 Quais as maiores dificuldades para os moradores do Conjunto Habitacional?

7 Vocês recebem algum acompanhamento da Secretaria de Habitação ou da Secretaria de Assistência Social?

8 Quais são as principais reivindicações dos moradores do Conjunto Habitacional Frei Alberto Beretta?

9 Como o bairro se organiza?

10 Quais as principais necessidades?

Obrigada pela sua participação